

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

I - Definição do Objeto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE EM NUVEM, PARA GESTÃO DE RECURSOS REPASSADOS DA CONTRATAÇÃO À CONCLUSÃO DAS PARCERIAS, PARA TODOS OS TIPOS DE AJUSTES COM O TERCEIRO SETOR, SEGUINDO AS INSTRUÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, COM IMPORTAÇÕES DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS .JSON/SCHEMA AO AUDESP V, OU OUTRAS TECNOLOGIAS QUE VIEREM A SURTIR, INCLUINDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA: FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS (SE NECESSÁRIO), ADAPTAÇÃO, AJUSTES DA SOLUÇÃO, CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS, MANUTENÇÃO TÉCNICA E LEGAL, SUPORTE TÉCNICO E ASSESSORIA TÉCNICA REMOTA INDIVIDUALIZADA PARA OS USUÁRIOS DA PLATAFORMA, ORIENTADOS POR PROFISSIONAIS ESPECIALISTAS EM PRESTAÇÃO DE CONTAS E NORMAS DO TERCEIRO SETOR, INCLUINDO O GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS.

LOTE	SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	QTDADE.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Prestação de Serviço – Taxa de implantação (conversão, customização) de programa de computador (softwares)	01 UNIDADES	R\$ 2.016,00	R\$ 2.016,00
02	Prestação de serviço – Treinamento de programas para computador (softwares)	50 UNIDADES	R\$ 299,04	R\$ 14.952,00
03	Prestação de serviços – Programa de computador (softwares)	12 MESES	R\$ 13.468,92	R\$ 161.627,04
VALOR TOTAL			R\$ 178.595,04	

CUSTOS DIRETOS: No valor proposta deste orçamento está incluso os custos de tributos incidentes sobre os serviços aos usuários, relativa a mão de obra remota (a distância) de suporte dada pelo pessoal da contratada no uso do software.

FUNCIONALIDADES TÉCNICAS PARA O SISTEMA EM AMBIENTE WEB

- 1) Possuir cadastro de nível de acesso para os usuários do sistema de acordo com o trabalho exercido, possibilitando que seja inserido novos níveis por unidade, esse nível definirá em quais telas do sistema esse usuário terá acesso.
- 2) O sistema deve ter segurança que permita dois usuários da gestão municipal, de mesmo perfil e nível de acesso (login) possam atuar de formas distintas nos

formulários cadastrais das despesas.

- 3) Utilizar em todo o Sistema, o ano com quatro algarismos.
- 4) Grava todos os registros feitos pelos usuários por meio de edições nos cadastros, alterações, permitir gerar relatórios não customizáveis a serem impressos pelos usuários e opção de gravação em mídia fixa ou móvel;
- 5) O sistema deve realizar atualização da estrutura da base de dados de cada registro, automaticamente;
- 6) O sistema deve permitir visualizar os relatórios em tela, bem como a gravação opcional dos mesmos, por usuários autorizados pela contratante, em arquivos com formato PDF, sendo que os pareceres de contas devem gerar PDF gravável no sistema, além da primeira e segunda opção;;
- 7) O sistema deve assegurar a integração de dados, garantindo que a informação das receitas e despesas sejam alimentadas uma única vez, independentemente do módulo que esteja sendo executado.
- 8) O sistema e todos os seus módulos deve funcionar nos principais navegadores Web (Mozilla, Chrome e Internet Explorer).
- 9) A integridade dos dados será realizada pelo banco de dados, através de chaves estrangeiras garantindo a integridade dos dados, e não permitindo o usuário excluir registros que tenham dependências em outras tabelas.
- 10) O aplicativo deve ser desenvolvido em multi plataforma com interface totalmente web.
- 11) O Na demonstração não é permitido usar artifícios técnicos como emuladores e máquinas virtuais para simular a execução do sistema ou o Gerenciador de Banco de Dados, nem Power point ou software executáveis. Tudo deve ser em nuvem com certificação SSL na URL.
- 12) O sistema deve ter requisitos suficientes para produzir de forma eletrônica e padronizada a prestação de contas na forma dos demonstrativos financeiros exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, incluindo eventuais alterações desses demonstrativos.
- 13) O sistema deve garantir que o gestor tenha amplo controle de bloqueio e liberação de gêneros das despesas de cada proposta, para usuários das entidades parceiras, evitando que este fique, constantemente, recorrendo a análise do plano de trabalho em execução;
- 14) O sistema deve gerar o monitoramento automatizado do plano de aplicação,

controlando os recursos previstos e aplicados/realizados, demonstrando o saldo residual a aplicar no objeto da parceria, por grupo de despesa;

- 15) O sistema deve gerar proposta de parceria em numeração sequencial de quatro algarismos, inclusive o ano (NNNN/AAAA), sem repetição para o mesmo ano, e cada proposta deve compreender as fases de início ou planejamento, análise, execução, prestação de contas e conclusão, onde cada proposta deve estar, na sua inclusão, vinculada, no mínimo a uma Secretaria ou Diretoria, ser específica da uma entidade, ter uma vigência inicial e final, possuir uma base cadastral em combo para busca de objetos padrões pré cadastrados, captura pro combo da vinculação do nome do dirigente responsável; e ainda ter no mínimo os seguintes menus para inserção de dados, separadamente:

- a) Plano de aplicação;
- b) Cronograma;
- c) Anexos;
- d) Prazos de prestar contas;
- e) Instrumento;
- f) Aditivos;
- g) Apostilamento;
- h) Repasses;
- i) Contrapartida;
- j) Prestação de contas;
- k) Empenhos;
- l) Saldos e provisões;
- m) Conciliação bancária;
- n) Pareceres.
- o) Provisão;
- p) Anexos RPs 5 a 14 IN 001/2024 TCE-SP

- 16) O sistema deve executar a proposta por fases, sempre bloqueando as fases anteriores para usuários de entidades, impedindo que registros conferidos pelos gestores municipais, sejam manipulados sem autorização prévia de usuários desta prefeitura;

- 17) O sistema deve prover meio de replicar cópia de cada proposta para outra parceria de objeto idêntico em outro período;

- 18) O sistema deve conter módulo de propostas de parcerias, desmembradas por fontes de recursos com, no mínimo: plano de aplicação, cronograma, repasses, gastos e saldos:

18.1) Plano de aplicação: que deve compreender: conta bancária, grupo de categoria, e fonte de recursos segundo o Audesp V, com subgrupos de gêneros das despesas que já deve ter tabela pré cadastrada, com gêneros apenas para

captura por combo e vincular diversas despesas a uma mesma categoria/gênero segundo os anexos RPs da IN 001/2024 do TCE-SP. É vedado ao usuário digitar a descrição de gêneros das despesas, assim mantem-se padrão de nomenclaturas entre as diversas Secretarias e Entidades. Ter planilhas excel para conversão ou csv para download e exportação para o “plano de aplicação” no ambiente Audesp V; ter relatório PDF separados das despesas do plano de trabalho original; das despesas do plano de trabalho original com as despesas apostiladas, destacando separadamente as despesas apostiladas; das despesas previstas e pagas até um período filtrado; e as despesas previstas e pagas em formato planilha excel, e ainda:

- a) Despesas de pessoal: com os detalhamentos dos gêneros das despesas;
- b) Despesas de material de consumo: com os detalhamentos dos gêneros das despesas, e apostilamento dos gêneros das despesas;
- c) Despesas de Serviços de Terceiros Pessoa Física: com os detalhamentos dos gêneros das despesas;
- d) Despesas de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica: com os detalhamentos dos gêneros das despesas;
- e) Despesas de Indenizações: com os detalhamentos dos gêneros das despesas;
- f) Despesas de Tributárias: com os detalhamentos dos gêneros das despesas;
- g) Despesas de Bens Permanentes: com os detalhamentos dos gêneros das despesas;
- h) Despesas de Despesas e Viagens: com os detalhamentos dos gêneros das despesas;
- i) Despesas por apostilamento ou aditivos dos gêneros das despesas: este item deve permitir o aumento ou a redução de uma rubrica de gastos previstos no plano de aplicação, que após adicionado o registro deve provocar efeito de supressão ou redução no saldo dos gêneros das despesas do plano de aplicação. Sempre que o apostilamento derivar de suplementação ou supressão de valores o módulo deve mostrar os termos aditivos, para serem vinculados à despesa acrescentada ou reduzida. Deve haver bloqueio caso tente remanejar valor superior ao que a despesa a ser remanejada, já cadastrada possui;
- j) A somatória do plano de aplicação deve exigir verificação exata de totalização ao término dos registros da fonte de recursos prevista no plano de trabalho, comparando com o totalizador dos valores do cronograma de repasses. Caso

houver divergência deve haver aviso não impeditivo de registro ao gravar, mas impedimento de mudar de fase, exigindo regularização dos valores, de um ou do outro;

k) módulo de conferência individual de cada plano de aplicação, gêneros das despesas e apostilamentos, impedindo que depois de conferidos o usuário de entidades não editem nem exclua os mesmos.

18.2) Cronograma: com o registro de cada parcelas, por fontes de recursos, com datas previstas para repasses, com opção de inclusão repasse do concedente (administração) e repasse (proponente) de contrapartida. O cronograma deve demonstrar os valores já repassados, e ainda, demonstrar os valores que a entidade ainda tem a receber, pela aferição da parcela prevista, descontado os valores repassados.

18.3) Repasses; com o registro de cada parcela creditada na conta da parceria, controlada separada o repasse e a contrapartida, se for o caso. Cada registro dos repasses creditados em conta deve identificar a qual parcela se refere o desembolso do cronograma. Deve ter, no mínimo os campos: conta bancária; captura de valores e datas da parcela prevista do cronograma; empenho; descrição do documento; campo para número do ofx do extrato bancário; data do repasse; valor do repasse; anexo pdf.

18.4) Gastos e Saldos:

a) Inclusão do fornecedor com busca por aproximação por digitação da razão social em qualquer posição da palavra chave digitada;

b) Identificação, apenas dos gêneros das despesas previamente aprovados no plano de aplicação da proposta, para a mesma fonte de recursos. Essa lógica deve separar a verba no momento que escolhe a conta bancária daquela fonte de recursos, impedindo equívoco no uso da verba e na obrigação do gestor ficar constantemente visualizando os gêneros das despesas previstas no plano de trabalho; identificar os tipos, descrição, data de emissão, data de pagamento dos documentos;

c) O módulo de prestação de contas deve contemplar opção de exportar em formato CSV, lotes de dados de pagamentos de fornecedores e/ou empregados por tipo de documento, com campos (conta, CNPJ e/ou CPF que identifique de forma automática a razão social ou o nome, código da despesa, data emissão, data de pagamento, descrição, valor) das pessoas física ou jurídica, sem a

necessidade de digitação individualizada, tais como as despesas de salários (holerites).

d) Opção de anexar os arquivos dos comprovantes das despesas e os respectivos comprovantes bancários de pagamentos, em PDF de até 2mb cada anexo; E ainda, permitir upload de mais de 1 (um) PDF de comprovantes das despesas, para registros distintos, cadastrados na prestação de contas.

e) Opção de exportar (download) de um grupo de documentos selecionados na prestação de contas, para armazenamento em mídia móvel ou fixa;

f) opção de realizar apontamentos ou observações, separadas por entidade e administração, onde estes perfís de usuários não afete as anotações do outro;

g) Opção de tramitar uma análise ou ressalva da despesa, individualizada, no mínimo entre o servidor analisa a prestação de contas, a entidade, a comissão de monitoramento e avaliação e o gestor da parceria, sendo que esta tramitação deve impedir que uma área não afete a outra, que sempre o destinatário possa ter acesso à edição da mensagem, constituindo a tramitação do escopo de um processo de apontamento administrativo. Este recurso não deve permitir a exclusão ou a edição da mensagem enviada pelos anteriores. Este recurso deve permitir a geração de um relatório de apontamentos de todas as anotações de determinada parceria, contribuindo para que a comissão de monitoramento e avaliação e o gestor da parceria possua elementos concretos dos fatos para a tomada de decisão;

h) O módulo prestação de contas deve controlar os investimentos com recursos do repasse, destacando separadamente: saldos, rendimentos, repasses e despesas pagas;

i) O módulo prestação de contas deve controlar os investimentos com recursos próprios, destacando separadamente: saldos, entradas e despesas pagas;

j) O módulo de prestação de contas deve permitir, no mínimo os tipos de pesquisas: por fornecedor, por data de emissão, por data de pagamento, por um período, por gênero da despesa individualizado, por plano de aplicação (que compreende um grupo de gêneros das despesas), por tipo de documento, entradas e saídas com repasses, entradas e saídas com recursos próprios;

k) Módulo de prestação de contas deve permitir a extração de relatórios em PDF e em planilha excel;

l) Módulo de conferência individual de cada despesa da prestação de contas,

aprovada ou rejeitada, impedindo que depois de conferida o usuário não conferente e de entidades não editem nem exclua as mesmas.

18.4.2) Ter checagem restritivas para pelo menos as seguintes verificações no registro das despesas (para a realização da veracidade desta checagem a comissão poderá exigir a simulação de registro contraditório, visando testar a validação):

- a) Permitir que as rubricas das despesas de INSS, DAS e Tributos Federais impeça o pagamento a outros CNPJ ou CPF que não seja de governo da esfera federal;
- b) Permitir que tributos municipais seja pago apenas para prefeituras;
- c) Impedir que seja registrado um pagamento de rubrica de despesa de pessoa física a uma pessoa jurídica;
- d) Impedir que seja registrado um pagamento de rubrica de despesa de pessoa jurídica a uma pessoa física;
- e) Permitir que seja possível registrar rendimentos de aplicação, positivo e negativo, caso houver este último. O rendimento de aplicação negativo deve reduzir o saldo do montante de rendimento positivo;
- f) Todas as despesas de mercadorias só devem aceitar registros com fornecedores CNPJ e somente cupom fiscal, nota fiscal e Danf, impedindo aceite de recibos e notas fiscais de serviços
- g) Os gêneros de despesas de tarifas bancárias só devem aceitar fornecedores os bancos;
- h) Quando os gêneros das despesas forem cargos celetistas, impedir que seja registrado o pagamento a favor de CNPJ pessoa jurídica, porque o empregado é pessoa física;
- i) Permitir que as despesa de FGTS seja registrado somente ao CNPJ da Caixa Econômica Federal, centralizadora da arrecadação matriz, impedindo esses registros em agências filiais;

19) O sistema deve permitir a elaboração de plano de trabalho detalhado, na plataforma, e a opção de replicar cópia do plano para outra parceria de objeto idêntico em outro período; Os campos a serem preenchidos deve compreender, no mínimo:

- a) Título;
- b) Público alvo;

- c) Justificativa;
- d) Objetivos gerais e específicos;
- e) Responsável técnico;
- f) Endereço do responsável;
- g) Local da execução do objeto;
- h) Metodologia;
- i) Indicadores;
- j) Formas de monitoramento;
- k) Meta e etapa;
- l) Vigência;
- m) Bens físico e material;
- n) O plano de aplicação, o cronograma, o objeto e o dirigente devem ser importados ou vinculado da proposta de parceria, impedindo que o usuário digite os valores destas duas tabelas de forma repetitiva;
- o) Demonstrar em pdf o plano de trabalho elaborado na forma deste módulo.

- 20) O sistema deve exigir que o cadastro de fornecedores pessoa jurídica sejam realizadas somente por busca exata junto a pela Receita Federal do Brasil, direta ou indiretamente por empresas que fornecem tais serviços;
- 21) O módulo de prestação de contas deve possuir campos, como um correio de mensagens internas, onde os apontamentos de cada despesa, isoladamente, sejam descritos. Estes apontamentos podem ser despachados eletronicamente, a outra área, tais como: dirigente, comissão de monitoramento e gestor da parceria, pelo analista da prestação de contas, para que cada qual responda, aprove, rejeite ou justifique o apontamento. Quando a ocorrência for enviada o remetente e as demais áreas diferentes do destinatário deixam de ter acesso para edição, o destinatário tem acesso. Deve funcionar como os despachos processuais de repartições públicas, de forma cronológica. Ao final deve possibilitar um relatório completo de todas as ocorrências apontadas nas despesas, cumprindo o monitoramento e avaliação de gastos previsto no art. 58 da lei 13.019/2014. Quando o usuário (destinatário) acessar a prestação de contas de uma proposta, ele precisa ter meios de fácil verificação dos apontamentos que deve responder ao remetente;
- 22) O sistema deve permitir a importar o arquivo OFX internetbanking da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, e realizar a conciliação bancária eletrônica da prestação de contas, mostrar os valores conciliados e as diferenças em lotes diários de cada lançamento da despesa de fácil identificação e correção; Precisa haver opção de bloqueio e fechamento do OFX pela equipe gestora, impedindo sua exclusão pelo usuário da OSC.
- O módulo conciliação bancária deve permitir visualizar, simultaneamente, na

vertical ou horizontal, os dados do upload do OFX do banco, e os dados das despesas e receitas registradas na prestação de contas, sendo que as despesas, se tratando do mesmo OFX gere seu lote/dia/OFX com totalizador, e se este lote não convergir com o OFX do banco, que aponte a divergência de valor. Os dados apresentados, tanto do banco como das movimentações registradas no sistema deve apresentar todas as entradas e saídas, conciliadas e não conciliadas do período.

- 23) O sistema deve prover comunicação por ocorrências direto na plataforma, com opção para respostas;
- 24) O sistema deve oferecer lista dos acessos de usuários instantaneamente, com IP, dia e hora, usuário e CPF;
- 25) O sistema deve possuir auditoria para, se preciso, localizar as despesas duplicadas entre uma ou mais secretarias;
- 26) O plano de aplicação e os gêneros das despesa não devem ser cadastrados pelos usuários, a plataforma já deve possuir a estrutura dos gêneros previamente cadastrados, separados no mínimo pelos grupos de (pessoal, consumo, serviços pessoa física e serviços pessoa jurídica) podendo, nos limites legais, a critério da contratante requerer que a contratada insira novos gêneros das despesa;
- 27) O sistema deve publicar os contratos, extrato da parceria, repasses e prestações de contas automaticamente, logo que registrado na plataforma pela entidade;
- 28) O sistema deve possuir espaço para a entidade publicar balanço anual, ata da diretoria, estatuto social, plano de trabalho, instrumento e aditivo, e uma vez publicado ter dispositivo automático para o gestor liberar a visualização para o cidadão, na internet;
- 29) O sistema deve possuir módulo para a publicação de todas as fases do chamamento público;
- 30) O sistema deve possuir formulário para a manifestação de interesse social, previsto nos arts. 18 a 21 da lei 13019/2014;
- 31) A prestação de contas do sistema deve evidenciar de forma isolada os valores que a entidade deve ressarcir ao município, tais como juros, multas e tarifas, e controlar os depósitos realizados pela entidade para cobrir essas despesas, demonstrando o saldo positivo ou negativo desta aferição;
- 32) Demonstrar que o sistema tem módulo para o preenchimento, em formulário, do relatório de atividades dos serviços realizados pela entidade, execução do objeto,

com sequencia anual de número/ano, que demonstre indicadores de cada relatório de execução física e:

- a) Vinculação com a Secretaria ou diretoria, a entidade, o dirigente, o técnico responsável, a vigência com dd/mm/aaaa, inicial e final, público alvo;
- b) Permitir adicionar quantos eixos necessários, título, local onde realiza o objeto, permitindo incluir novos locais do objeto no mesmo relatório de atividades, e vigência com dd/mm/aaaa, inicial e final em cada eixo, sendo que a vigência dos eixos não podem ter menor início de vigência, nem maior término de vigência que a vigência da execução física;
- c) Permitir pesquisar relatórios de atividades dos eixos por vigência, por eixo, por título e por local do objeto;
- d) Este módulo precisa contemplar três fases: a primeira fase permite técnicos das OSCs preencher e editar formulários, na segunda fase os técnicos das OSC não podem ter atributos de edição (é preciso comprovar por login), na segunda fase apenas técnicos do poder públicos podem atuar aprovando os dados preenchidos, e na terceira fase encerra-se o eixo, com seu título e local de objeto;
- e) Haver ferramenta de interação entre os usuários, tramitando os eixos com campo para a manifestação. Os registros das manifestações devem ficar ordenados indicando nome, CPF dia e hora e a mensagem do remetente, e a indicação do destinatário, e somente o destinatário pode manifestar a partir do momento da criação da interação. Quem deve criar essa interação será sempre o login do poder público.
- f) Deve conter cadastro de ações, e dentro das ações os indicadores, indicando por mês a meta e o executado, em números. Em cada mês de indicadores deve haver a opção de conferência, exclusiva pela equipe gestora, permitindo que confira isoladamente cada mês, e optando por ainda não conferir outros meses. Essa conferência deve permitir escolha alternada do mês para conferir. Após a conferência do mês técnicos das OSCs não podem mais ter acesso para edição da meta e executado/mês conferido, independente da fase que o eixo estiver, mas pode visualizar. E o eixo ainda deve ter campo para informar a forma de medida, meios de verificação e parâmetros.
- g) O Relatório de atividades deve conter, para cada título, eixo e local do objeto;
- h) Haver campo para descrever métodos de Abordagem com, Público Alvo, Tipo

de Serviço, Objetivos Específicos, Demanda, Intervenção, Natureza da Interface e Resolutividade;

- i) Haver campo para descrever atividades de grupos e oficinas: Atividades, Metodologia, Resultados e Métodos de verificação;
- j) Deve ter opção para inserir os atendidos pela entidade, com nome, CPF (se for o caso), NIS, endereço, contato, nome do pai e da mãe ou responsável, CPF do responsável. E ainda, o sistema deve contemplar, junto ao cadastro de cada OSC, opção de exportar um grupo de atendidos por formato CSV, sem a necessidade de digitação individualizada.

33) O sistema deve possuir módulo de elaboração de: relatório de fiscalização, relatório de monitoramento, parecer técnico do gestor e parecer conclusivo do TCE-SP;

34) O sistema deve, junto ao cadastro de cada entidade, possuir módulo de contrato com fornecedores e prestadores, que ali seja possível cadastrar, editar, anexar contratos e cotações dos fornecedores contratados pela entidade. Este formulário deve possuir todos os campos, e em formatos já no padrão Contratos do Manual de Prestação de Contas “.json/schema AUDESP V” do TCE-SP;

35) ANEXAÇÕES DE DOCUMENTOS:

- a) EDITAL DE CHAMAMENTO: edital, ata de julgamento, lei de repasse, justificativa, homologação, lista das entidades selecionadas;
- b) CADASTRO ENTIDADES/ANEXOS: certidões, ata diretoria, estatuto, relação de dirigentes, alvará de licença, CEBAS, balanço patrimonial, demais documentos institucionais, não financeiros;
- c) ANEXO DA PROPOSTA: relatório de atividades, plano de trabalho, pareceres do gestor, da comissão, do prefeito, financeiro, relatório de fiscalização, extratos.
- d) GED - armazenamento dos documentos (PDF) na nuvem, por prazo do contrato (fornecido backup ao término) dos comprovantes de pagamentos e comprovantes das despesas, tais como: recibos do internetbanking, holerites, guias, darf, nota fiscal, recibos etc, com ferramenta de exportação (download) em bloco (zipados) para a CPU ou mídia móvel. Método que permite suspender o arquivamento físico em pastas ou caixas de "arquivo morto" destes documentos..

36) Audesp V - Tribunal de Contas de SP

- j) O sistema deve criar lotes mensais dos gêneros das despesas, segregando o montante anual em 12 ou menos parcelas, criando um arquivo CSV padrão

Audesp V, para migração direta ao Audesp V, sendo que para este item a comissão julgadora, se julgar necessário, poderá acessar o Audesp V, e requerer que a licitante faça upload do lote para teste de exatidão.

- k) O sistema deve contemplar em seus módulos cadastrais, campos de cadastro digitáveis, principalmente os que exigem CNPJs, CPFs, nomes, dirigentes, conselhos, gestores, comissões, datas de nascimento, datas de fundação e alteração de estatutos.
 - l) O sistema deve criar lotes mensais dos cronogramas de desembolso mensais, criando um arquivo CSV padrão Audesp V, para migração direta ao Audesp V piloto, sendo que para este item a comissão julgadora, se julgar necessário, poderá acessar o Audesp V, e requerer que a licitante faça upload do lote para teste de exatidão.
 - m) O sistema deve contemplar a estrutura dos gêneros das despesas do Audesp V para a geração do arquivo CSV do plano de aplicação para a migração, podendo vincular (releitura) estas despesas a estrutura das despesas do seu próprio sistema de terceiro setor.
 - n) O sistema deve gerar coletor .json Schema para o envio da prestação de contas de acordo com o período especificado pelo Tribunal de Contas de São Paulo, no momento que a remessa tornar-se obrigatória.
- 37 - A contratada deverá dispor de especialistas capazes de desenvolver as ferramentas necessárias ao AUDESP V – TCE-SP, ou outras tecnologias que vierem a surgir, sem dispendir do tempo dos servidores e gestores públicos da administração para isso, inclusive apresentar todos os padrões de dados (.json/Schema-Audesp V) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, extraídos do seu software, sem a necessidade que o usuário do sistema digite dados em forma de planilha, partindo do pressuposto que tais dados já existem na tabela do sistema contratado neste objeto. (na forma do sub item 37.1 a seguir):
- Para isso, utilize codigos .json do manual de prestação de contas do TCE-SP .

37.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS - AUDESP V – JSON/SCHEMA

A licitante é responsável por desenvolver o que segue, com sua equipe, tanto de TI como pessoa(s) especialista em normas do terceiro setor e das Instruções do TCE-SP, capaz de desenvolver este módulo, inclusive contemplando as

possíveis alterações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assim:

a) Descritor: municipio; entidade; ano e mês;

b) Codigo_ajuste;

c) Contratos: numero; credor; documento_tipo; documento_numero; nome; data_assinatura; vigencia_tipo; vigencia_data_inicial; vigencia_data_final; objeto; natureza_contratacao; criterio_selecao; artigo_regulamento_compras; valor_montante; valor_tipo; .

d) Documentos_fiscais: numero; credor; documento_tipo; documento_numero; nome; identificacao_contrato; numero; data_assinatura; identificacao_credor; documento_tipo; documento_numero; descricao; data_emissao; estado_emissor; valor_bruto; valor_encargos;

e) categoria_despesas_tipo; rateio_proveniente_tipo; rateio_percentual;

f) Pagamentos: identificacao_documento_fiscal; numero; identificacao_credor; documento_tipo; documento_numero; pagamento_data; pagamento_valor; fonte_recurso_tipo; **banco;** agencia; conta_corrente; numero_transacao;

g) Disponibilidades: saldos ; banco; agencia; conta; conta_tipo; saldo_bancario; saldo_contabil; saldo_fundo_fixo;

h) Receitas:

Receitas_aplic_financ_repasses_publicos_municipais;

Receitas_aplic_financ_repasses_publicos_estaduais;

Receitas_aplic_financ_repasses_publicos_federais;

Repasses_recebidos; data_prevista; data_repasse; valor; fonte_recurso_tipo;

Outras_receitas; descricao; valor;

Recursos_proprios; descricao; valor;

i) Descontos: data; descricao; valor;

j) Devolucoes: data; natureza_devolucao_tipo; valor;

k) Glosas: identificacao_documento_fiscal; numero; identificacao_credor; documento_tipo; documento_numero; resultado_analise; valor_glosa;

l) Empenhos: numero; data_emissao; classificacao_economica_tipo; fonte_recurso_tipo; valor; historico; cpf_ordernador_despesa;

m) Repasses: identificacao_empenho; numero; data_emissao; data_prevista.

B) IMPLANTAÇÃO

1) É de responsabilidade da licitante cadastrar, migrar ou importar a base de dados (backup) no prazo de 30 (trinta) dias, do que será fornecido pela CONTRATANTE, se houver, com os seguintes requisitos:

- a) Cadastro de usuários, perfis, entidades e gestores;
- b) Configurar o ambiente web para login e produção da transparência, lei 13019/20104, lei 12,527/2011 e comunicados do TCE-SP.

2) O sistema será hospedado, disponibilizando apenas o endereço web (URL) aos usuários, para acesso do logado.

3) Realizar a migração, inclusive adaptar o software, garantido que 100% (cem por cento) dos dados do Banco de Dados entregue a vencedora, para a migração, tenha campos cadastrais e de edição que contemplem todos exigidos no Termo de Referência e nos Requisitos de Demonstração.

3.1 - Estimativa do tamanho do backup do Banco de Dados gerados por formulário cadastrais – 139mb

Realizar backup de todas as propostas e dados cadastrais do órgão, desde 2016, advinda de outro ambiente, com desmembramento vinculados à proposta contendo:

- plano de aplicação;
- cronograma;
- anexos (4649 arquivos - 612Gb), e mais os anexados em 2025;
- prazos de prestar contas;
- instrumento;
- aditivos;
- apostilamento;
- repasses;
- contrapartida;
- prestação de contas;
- conciliação bancária
- conciliação bancária;
- pareceres conclusivos e técnicos;
- De 2017 são 59 propostas, perfazendo total de R\$ 28.365.775,53;
- De 2018 são 48 propostas, perfazendo total de R\$ 44.776.360,51;
- De 2019 são 45 propostas, perfazendo total de R\$ 52.860.349,68;
- De 2020 são 70 propostas, perfazendo total de R\$ 56.639.147,03;
- De 2021 são 50 propostas, perfazendo total de R\$ 48.678.436,12;

- De 2022 são 55 propostas, perfazendo total de R\$ 89.235.543,28;
- De 2023 são 103 propostas, perfazendo total de R\$ 130.536.368,45;
- De 204 são 152 propostas, perfazendo total de R\$ 85.810.218,54;
- De 2025: a licitante deve prover meios para migrar as tabelas excel, CSV de prestação de contas do ano em curso, ou ainda permitir que cadastre proposta e insira todos os dados e anexos disso sem ônus adicionais.

Migrar bases cadastrais no padrão exigido pela Administração:

Total de cadastro de usuários: 206 e os adicionados até a migração;

Total de cadastro de entidades: 60;

Total de cadastro de fornecedores (PF e PJ): 4952 e os adicionados até a migração;

Cadastro de Unidades Orçamentárias: 09;

Migrar de forma estruturadas e em seus locais compatíveis, o arquivos digitais PDF (base abril 2025):

Total de anexos aba entidades: 94 arquivos (137 mb);

Total de anexos de publicidades: 410 arquivos (730 mb);

Total de anexos de editais: 42 arquivos (10 mb);

Total de anexos de pareceres conclusivos: 172 arquivos (14 mb);

Total de anexos de prestação de contas: 76.054 arquivos (50 Gb);

C) MANUTENÇÃO

A manutenção do sistema será realizada periodicamente pela CONTRATADA.

TREINAMENTO:

- 1) O treinamento será oferecido aos usuários da CONTRATANTE, cadastrados para uso do Sistema, com carga horária mínima de até 12 (doze) horas presencial, dividido conforme o perfil de usuário. Mantido treinamento remoto a novos egressos de usuários cadastrado para o uso do sistema.
- 2) O treinamento será realizado in loco pela CONTRATADA, ou em local designado pela Prefeitura, onde devem ser treinados todos os profissionais que irão utilizar o sistema nas unidades. A metodologia presencial ou online poderá ser decidida em comum acordo entre as partes.

D) CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

A contratada tem obrigação de prestar consultoria remota sobre prestação de contas, despesas legais, despesas ilegais, estrutura dos editais de chamamento e dos planos de trabalho, questionamentos do TCE-SP, quando requisitada, dando segurança técnica e jurídica para que a contratante utilize a plataforma eletrônica com eficiência e

eficácia, visto que a mesma irá gerar a transparência automatizada, inclusive orientar:

- a) quanto ao uso e ao desenvolvimento da estrutura do sistema;
- b) os usuários das entidades quanto ao uso do sistema;
- c) às técnicas legais na execução e prestação de contas na forma da lei 13019/2014, inclusive, quando for o caso, fazendo citação aos dispositivos legais dessa legislação, bem como suas alterações, evitando assim que os usuários prestem contas de forma equivocada ou irregular;
- d) no monitoramento das propostas das entidades, uma a uma, verificando e fazendo apontamentos das incorreções e informando as unidades gestoras da prefeitura para a devida correção;
- e) AUDESP V – Auditoria Eletrônica TCE-SP.

E) REQUISITOS LEGAIS MÍNIMO DO SISTEMA, SEGUNDO A LEGISLAÇÃO

- 1) LEI DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS):
- 2) Atender a lei das Organizações Sociais – lei Federal 9.637/1998, bem como a legislação municipal para os Contratos de Gestão;
- 3) LEI DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP):
- 4) Atender a lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – lei Federal 9.790/1999, bem como a legislação municipal para os Termos de Parcerias;
- 5) LEI DOS CONVÊNIOS:
- 6) Atender a lei dos Convênios – art. 184 da Lei Federal 11.433/2021, bem como a legislação municipal para os Convênios com entidades da Área da Saúde;
- 7) LEI DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO A INFORMAÇÃO:
- 8) Atender a Lei de Acesso a Informação, art. 2º a 9º Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Gera a publicidade e transparência, em consonância com a Instrução 001/2020 e comunicado 16/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 9) LEI DO MROSC:
- 10) O Sistema de prestação de contas eletrônico, em plataforma WEB, deve atender, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos:
 - Possuir na web, os dados das parcerias, em formulários de dados e com opção de visualização em PDF, previstos no parágrafo único do art. 11 da lei

13.019/2014, contendo no mínimo: razão social e CNPJ da OSC, número e ano do ajuste e da proposta, vigência e valor, cargos e estimativa de valor da equipe contratada, data das entregas de contas;

- a) O art. 10 e incisos I a VI do parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.029/2014, já com as alterações da Lei Federal nº 13.204/2015:

Art. 10. A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

Art. 11.

Parágrafo único. As informações de que tratam este artigo e o art. 10 deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

VI - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

VII

- b) O art. 12 da Lei Federal 13.019/2014, já com as alterações da Lei Federal 13.204/2015:

Art. 12. A administração pública deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

- c) O art. 26 da Lei 13.019/2014:

Art. 26. O edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio oficial da administração pública na internet, com antecedência mínima

de trinta dias.

c) O art. 50 da Lei 13.019/2014:

- Possuir na web, os dados das parcerias, em formulários da dados e com opção de visualização em PDF, previstos no art. 50 da lei 13.019/2014, e em atendimento ao comunicado 16/2018 TCE-SP, contendo no mínimo: razão social e CNPJ da OSC, número e ano do ajuste e da proposta, data do repasse, valor repassado e conta bancária do repasse, com opção de extração pdf e csv.

Art. 50. A administração pública deverá viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas nos termos desta Lei.

d) O art. 65 da Lei 13.019/2014:

- Possuir na web, os dados das parcerias, em formulários da dados e com opção de visualização em PDF, previstos no art. 65 da lei 13.019/2014, e em atendimento ao comunicado 16/2018 TCE-SP, contendo no mínimo: razão social e CNPJ da OSC, número e ano do ajuste e da proposta, conta bancária, tipo de verba, documento fiscal, fornecedor ou prestador, gênero da despesa, data de emissão e data de pagamento, valor principal, juros e multas, descontos e retenções, valor líquido e situação: conferida ou aguardando conferir, com opção de extração pdf e csv.

Art. 65. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

f) O § 6º do art. 69 da Lei 13.019/2014:

Art. 69.

§ 6º As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública, conforme definido em regulamento.

g) O art. 87 da Lei 13.019/2014:

Art. 87. As exigências de transparência e publicidade previstas em todas as etapas que envolvam a parceria, desde a fase preparatória até o fim da prestação de contas, naquilo que for necessário, serão excepcionadas quando se tratar de programa de proteção a pessoas

ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, na forma do regulamento.

- h) Manter na internet, todas as publicidades e as prestações de contas concluídas das entidades parceiras da CONTRATANTE, no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme exigido no art. 10 da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014;
- 8) Fazer monitoramento financeiro dos planos de trabalho, por entidade;
- 9) Automatizar os demonstrativos financeiros no formato exigido pelo Tribunal de Contas, de forma padronizada segundo as normas desta Egrégia Corte de Contas, com acesso a usuários previamente cadastrados;
- 10) Fornecer manual do software ao usuário.

VISITA TÉCNICA: A licitante poderá agendar visita técnica, objetivando conhecer a intenção dos gestores quanto aos módulos do sistema exigidos na implantação, ou ainda deverá dispensá-la mediante declaração de renúncia, sendo que esta última não pode ser motivo para o descumprimento das exigências previstas neste termo de referência, na demonstração, ficando a licitante sujeita as penalidades pelo descumprimento do termo de referência.

PROVA DE CONCEITO PRESENCIAL (com agendamento): a licitante **deverá comprovar** que o software tenha 100% (cem por cento) dos requisitos da tabela DE REQUISITOS PARA DEMONSTRAÇÃO. Disso demonstrar completos, pelo menos 90% (noventa por cento) dos requisitos obrigatórios exigidos desta tabela, e até 10% (dez por cento) destes requisitos de forma incompleta, que será avaliada por comissão de servidores da área de prestação de contas do terceiro setor e/ou por técnicos de TI, que emitirão suas avaliações como: “**atende** ou **incompleto, não apresentou**”. Caso a licitante vencedora não apresente os requisitos na forma exigida, será desclassificada e convocada a próxima licitante melhor classificada, assim sucessivamente. A ausência de um ou mais campos de cadastros de cada requisito obrigatório, ou a demonstração parcial do requisito considera-se como avaliação incompleta, e a cada dois requisitos incompletos, soma-se ambos e considera como um incompleto, para efeito de aferição das porcentagens exigidas nesta prova de conceito.

LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO: Secretaria de Planejamento e Finanças –

Serviços de Convênios e Terceiro Setor

FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO: a Fiscalização e Gestão do contrato será exercida pelos Servidores da Secretaria de Planejamento e Finanças – Serviços de Terceiro Setor Marília Graziela Dantas Palma Gomes e Juliana Lima Fonzar

PROVA DE CONCEITO DE SOFTWARE

VISITA TÉCNICA: A licitante poderá agendar visita técnica, objetivando conhecer a intenção dos gestores quanto aos módulos do sistema exigidos na implantação, ou ainda deverá dispensá-la mediante declaração de renúncia, sendo que esta última não pode ser motivo para o descumprimento das exigências previstas neste termo de referência, na demonstração, ficando a licitante sujeita as penalidades pelo descumprimento do termo de referência.

PROVA DE CONCEITO PRESENCIAL (com agendamento): a licitante **deverá comprovar** que o software tenha 100% (cem por cento) dos requisitos da tabela DE REQUISITOS PARA DEMONSTRAÇÃO. Disso demonstrar completos, pelo menos 90% (noventa por cento) dos requisitos obrigatórios exigidos desta tabela, e até 10% (dez por cento) destes requisitos de forma incompleta, que será avaliada por comissão de servidores da área de prestação de contas do terceiro setor e/ou por técnicos de TI, que emitirão suas avaliações como: “**atende** ou **incompleto, não apresentou**”. Caso a licitante vencedora não apresente os requisitos na forma exigida, será desclassificada e convocada a próxima licitante melhor classificada, assim sucessivamente.

TABELA: DE REQUISITOS PARA DEMONSTRAÇÃO

ITEM	REQUISITO A SER AVALIADO	CRITÉRIO
1	O aplicativo deve ser desenvolvido para operar em multiplataforma com interface totalmente web.	obrigatório
2	Na demonstração não é permitido usar artifícios técnicos como emuladores e máquinas virtuais para simular a execução do sistema ou o Gerenciador de Banco de Dados, nem Power point ou software executáveis. Tudo deve ser em nuvem com certificação SSL na URL.	obrigatório
3	Proposta de parceria: para cada item ser considerado completo, dos tópicos 3.1 ao 3.7,15,9 devem estar vinculados e subordinados a proposta. A proposta contém sua numeração e ano, e a ela vincula-se os instrumentos e aditivos. Todos os módulos dos tópicos 3 a 3.7.15.9 devem, na pesquisa e ao gravar um dado mostrar em sua tela, além dos dados requeridos no item, no mínimo: - Número da Proposta; - Unidade: Secretaria, Diretoria ou Fundo; - A Razão Social da Entidade e seu CNPJ; - A vigência Inicial e Final; - Fase da Proposta.	
3.1	Demonstrar que o sistema gere proposta de parceria em numeração sequencial, sem repetição para o mesmo ano, ano com 4 algarismos, onde cada proposta deve estar, na sua inclusão, vinculada, a uma base cadastral com objetos padrões pré cadastrados e vinculação do nome do dirigente responsável; e ainda ter no mínimo os seguintes menus para inserção de dados, separadamente: F) plano de aplicação; G) cronograma; H) anexos; I) prazos de prestar contas;	obrigatório

	J) instrumento; K) aditivos; L) apostilamento; M) repasses; N) contrapartida; O) prestação de contas; P) empenhos; Q) saldos e provisões; R) conciliação bancária; S) pareceres.	
3.2	Demonstrar que o sistema executa a proposta por fases, sempre bloqueando as fases anteriores para usuários de entidades, impedindo que registros conferidos pelos gestores municipais, sejam manipulados sem autorização prévia de usuários gestores do Órgão.	obrigatório
3.3	Demonstrar meio de replicar cópia de cada proposta para outra parceria de objeto idêntico em outro período com a estrutura das despesas da proposta originária. Esta replicação deve dar opção para o usuário manter ou não, os valores previstos nos gêneros das despesas da proposta originária. E ainda, a nova proposta deve evidenciar em tela, o número e o ano da proposta utilizada na sua duplicação para que o usuário possa averiguar a integridade dos dados replicados.	obrigatório
3.4	Plano de aplicação: que deve compreender, no mínimo:	
3.4.	Conta bancária, grupo de categoria, e fonte de recursos segundo o Audesp V, com subgrupos de gêneros das despesas que já deve ter tabela pré cadastrada, com gêneros apenas para captura por combo e vincular diversas despesas a uma mesma categoria/gênero segundo os anexos RPs da IN 001/2024 do TCE-SP. É vedado ao usuário digitar a descrição de gêneros das despesas, assim mantem-se padrão de nomenclaturas entre as diversas Secretarias e Entidades. Ter planilhas excel para conversão ou csv para download e exportação para o “plano de aplicação” no ambiente Audesp V; ter relatório PDF separados das despesas do plano de trabalho original; das despesas do plano de trabalho original com as despesas apostiladas, destacando separadamente as despesas apostiladas; das despesas previstas e pagas até um período filtrado; e as despesas previstas e pagas em formato planilha excel.	obrigatório
3.4.1	Demonstrar despesas de pessoal: com os detalhamentos dos gêneros das despesas.	obrigatório
3.4.2	Demonstrar despesas de material de consumo: com os detalhamentos dos gêneros das despesas.	obrigatório
3.4.3	Demonstrar despesas de Serviços de Terceiros Pessoa Física: com os detalhamentos dos gêneros das despesas.	obrigatório
3.4.4	Demonstrar despesas de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica: com os detalhamentos dos gêneros das despesas.	obrigatório
3.4.5	Demonstrar despesas de Indenizações: com os detalhamentos dos gêneros das despesas.	obrigatório
3.4.6	Demonstrar despesas Tributárias: com os detalhamentos dos gêneros das despesas.	obrigatório

3.4.7	Demonstrar despesas de Bens Permanentes: com os detalhamentos dos gêneros das despesas.	obrigatório
3.4.8	Demonstrar despesas de Despesas e Viagens: com os detalhamentos dos gêneros das despesas.	obrigatório
3.4.9	Demonstrar como o agente público possa ter amplo controle de bloqueio e liberação de gêneros das despesas de cada proposta, para usuários das entidades parceiras, evitando que este fique, constantemente, recorrendo a análise do plano de trabalho em execução. E ainda, deve demonstrar que algumas despesas podem ficar bloqueadas para edição, outras não.	obrigatório
3.4.10	Demonstrar como o sistema controla o monitoramento automatizado do plano de aplicação, controlando os recursos previstos e aplicados/realizados, demonstrando o saldo residual a aplicar no objeto da parceria, por grupo de despesa. E ainda, na demonstração deve evidenciar mais de um plano de aplicação de outra fonte (conta) de repasse na mesma parceria. Também deve demonstrar que ao emitir o parecer conclusivo direto pelo sistema, este contemple os dados financeiros de todas as verbas da mesma parceria.	obrigatório
3.4.11	Apostilamento: demonstrar de forma isolada todas as alterações dos valores dos gêneros das despesas, seja por remanejamento por aumento e diminuição, seja por termo aditivo de suplementação ou de supressão. E ainda, os valores apostilados devem ser demonstrados de cada gêneros das despesas do plano de aplicação, da mesma proposta, evidenciando o valor original dos gêneros (+ ou -) o valor apostilado = saldo acumulado. Também, deve comprovar que seja possível extrair relatório parcial dos gêneros das despesas saldo acumulado (-) pagamentos das despesas de um determinado mês ou período da proposta, assim, evidenciando quanto falta aplicar por gênero da despesa. Sempre que o apostilamento derivar de suplementação ou supressão de valores o módulo deve mostrar os termos aditivos, para serem vinculados à despesa acrescentada ou reduzida. Deve haver bloqueio caso tente remanejar valor superior ao que a despesa a ser remanejada, já cadastrada possui.	obrigatório
3.4.12	Demonstrar a somatória do plano de aplicação que deve exigir verificação exata de totalização ao término dos registros da fonte de recursos prevista no plano de trabalho, comparando com o totalizador dos valores do cronograma de repasses. Em caso de divergência deve haver aviso não impeditivo de registro ao gravar, mas impedimento de mudar de fase, exigindo regularização dos valores, de um ou do outro.	obrigatório
3.5	Cronograma: Demonstrar ao inserir o valor e a data de uma parcela do cronograma, seja possível repicar quantas parcela forem necessárias, distribuídas num intervalo de data de 30 dias cada. E ainda, ao inserir a última parcela, caso o montante registrado supere a mesma conta bancária do plano de aplicação o sistema de emitir alerta para averiguação. Também, cada parcela do cronograma deve estar vinculada a um CONCEDENTE (administração pública) ou PROPONENTE (entidade), de forma que se houver alguma parcela baixada no repasse ou contrapartida	obrigatório

	seja impossível desvincular os respectivos concedente e proponente do cronograma. O cronograma deve demonstrar os valores já repassados, e ainda, demonstrar os valores que a entidade ainda tem a receber, pela aferição da parcela prevista, descontado os valores repassados.	
3.6	Repasse de Recursos: demonstrar o registro de cada parcela creditada na conta da parceria, separados repasse e a contrapartida, se for o caso. Cada registro dos repasses creditados em conta deve identificar a parcela do cronograma previsto, por relacionamento de tabela de BD, permitindo vincular ao registro do repasse para a baixa da vinculação exata da parcela repassada e o respectivo cronograma. Deve ter, no mínimo os campos: conta bancária; captura de valores e datas da parcela prevista do cronograma; empenho; descrição do documento; campo para número do ofx do extrato bancário; data do repasse; valor do repasse; anexo pdf.	obrigatório
3.7	Lançamento dos dados financeiros do extrato bancário:	
3.7.1	Demonstrar a Inclusão do fornecedor com busca por aproximação por digitação da razão social em qualquer posição da palavra chave digitada.	obrigatório
3.7.2	Demonstrar que apenas os gêneros das despesas previamente previstos no plano de aplicação da proposta, para a mesma fonte de recursos apareçam na prestação de contas. Essa lógica deve separar a verba (conta) e seus gêneros das despesas previstas no plano de aplicação no momento que escolhe a conta bancária daquela fonte de recursos, impedindo equívoco no uso da verba e na obrigação do gestor ficar constantemente visualizando os gêneros das despesas previstas no plano de trabalho, para realizar a baixa do pagamento.	obrigatório
3.7.3	Demonstrar que os registros das despesas devem compreender, no mínimo: identificação da conta bancária, o fornecedor, o gênero da despesa, data de pagamento e data de emissão, tipo de documento e número dos documentos. E ainda, deve demonstrar que contempla opção de exportar em formato CSV, lotes de dados de pagamentos de fornecedores e/ou empregados por tipo de documento, com campos (conta, CNPJ e/ou CPF que identifique de forma automática a razão social ou o nome, código da despesa, data emissão, data de pagamento, descrição, valor) das pessoas física ou jurídica, sem a necessidade de digitação individualizada, tais como as despesas de salários (holerites).	obrigatório
3.7.4	Demonstrar que ao registrar a despesa deve haver opção para anexar os comprovantes das despesas e os respectivos comprovantes bancários de pagamentos, em PDF, com quantidade de mega bytes exigido para cada anexo. E ainda, permitir upload de até 5 (cinco) PDFs de comprovantes das despesas, com registros distintos, cadastradas na prestação de contas, com opção de anexar os comprovantes no momento que registra a despesa e por inserção de direta de lote, após o registro das despesas.	obrigatório
3.7.5	Demonstrar que a prestação de contas deve permitir ao usuário exportar/extrair em lote (download) um grupo de documentos	obrigatório

	anexados, de um período, selecionados na prestação de contas, para armazenamento em mídia móvel ou fixa.	
3.7.6	Demonstrar que a prestação de contas deve permitir realizar apontamentos ou observações, em campos específicos, separadas por entidade e administração, onde o perfil de um usuário de entidade não afete as anotações do gestor do órgão.	obrigatório
3.7.7	Demonstrar que o módulo de prestação de contas deve possuir campos, como um correio de mensagens internas, onde os apontamentos de cada despesa, isoladamente, sejam descritos. Estes apontamentos devem ser despachados, eletronicamente, a outra área tais como: dirigente, comissão de monitoramento e gestor da parceria, pelo analista da prestação de contas, para que cada qual responda, aprove, rejeite ou justifique o apontamento. Quando a ocorrência for enviada o remetente e as demais áreas diferentes do destinatário deixam de ter acesso para edição, o destinatário tem acesso. Deve funcionar como os despachos processuais de repartições públicas, de forma cronológica. Ao final deve possibilitar um relatório completo de todas as ocorrências apontadas nas despesas, cumprindo o monitoramento e avaliação de gastos previsto no art. 58 da lei 13.019/2014. Quando o usuário (destinatário) acessar a prestação de contas de uma proposta, ele precisa ter meios de verificação dos apontamentos que deve responder ao remetente.	obrigatório
3.7.8	Demonstrar que o módulo prestação de contas deve controlar os investimentos com recursos do repasse, destacando separadamente: saldos, rendimentos, repasses e despesas pagas.	obrigatório
3.7.9	Demonstrar que o módulo prestação de contas deve controlar os investimentos com recursos próprios, destacando separadamente: saldos, entradas e despesas pagas.	obrigatório
3.7.10	Demonstrar que o módulo prestação de contas deve controlar separadamente os investimentos com recursos aplicados na covid 19.	obrigatório
3.7.11	Demonstrar que o módulo de prestação de contas deve permitir, no mínimo os tipos de pesquisas: por fornecedor, por data de emissão, por data de pagamento, por um período, por gênero da despesa individualizado, por plano de aplicação (que compreende um grupo de gêneros das despesas), por covid 19, por tipo de documento, entradas e saídas com repasses, entradas e saídas com recursos próprios.	obrigatório
3.7.12	Demonstrar que o módulo de prestação de contas deve permitir a extração de relatórios em PDF e em planilha excel ou CSV.	obrigatório
3.7.13	Demonstrar que o módulo de prestação de contas deve permitir a conferência individual de cada despesa da prestação de contas, aprovada ou rejeitada, impedindo que depois de conferida o usuário não conferente e de entidades não editem nem exclua as mesmas.	obrigatório
3.7.14	Demonstrar que a prestação de contas do sistema deve evidenciar de forma isolada os valores que a entidade deve ressarcir ao município, tais como juros, multas e tarifas, e controlar os depósitos realizados pela entidade para cobrir essas despesas, demonstrando o saldo positivo ou negativo desta aferição.	obrigatório

3.7.15	Ter checagem restritiva para pelo menos as seguintes verificações no registro das despesas (para a realização da veracidade desta checagem a comissão poderá exigir a simulação de registro contraditório, visando testar a validação):	
3.7.15.1	Permitir que as rubricas das despesas de INSS, DAS e Tributos Federais impeça o pagamento a outros CNPJ ou CPF que não seja de governo da esfera federal;	obrigatório
3.7.15.2	Permitir que tributos municipais sejam pagos apenas para prefeituras;	obrigatório
3.7.15.3	Impedir que seja registrado um pagamento de rubrica de despesa de pessoa física a uma pessoa jurídica;	obrigatório
3.7.15.4	Impedir que seja registrado um pagamento de rubrica de despesa de pessoa jurídica a uma pessoa física;	obrigatório
3.7.15.5	Permitir que seja possível registrar rendimentos de aplicação, positivo e negativo, caso houver este último. O rendimento de aplicação negativo deve reduzir o saldo do montante de rendimento positivo	obrigatório
3.7.15.6	Todas as despesas de mercadorias só devem aceitar registros com fornecedores CNPJ e somente cupom fiscal, nota fiscal e Danf, impedindo aceite de recibos e notas fiscais de serviços	obrigatório
3.7.15.7	Os gêneros de despesas de tarifas bancárias só devem aceitar fornecedores os bancos;	obrigatório
3.7.15.8	Quando os gêneros das despesas forem cargos celetistas, impedir que seja registrado o pagamento a favor de CNPJ pessoa jurídica, porque o empregado é pessoa física;	obrigatório
3.7.15.9	Permitir que as despesas de FGTS sejam registradas somente ao CNPJ da Caixa Econômica Federal, centralizadora da arrecadação matriz, impedindo esses registros em agências filiais;	obrigatório
4	<p>Demonstrar que o sistema deve permitir a elaboração de plano de trabalho detalhado, na plataforma, e a opção de replicar cópia do plano para outra parceria de objeto idêntico em outro período. Os campos a serem preenchidos deve compreender no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> e) título; f) público alvo; g) justificativa; h) objetivos gerais e específicos; i) responsável técnico; j) endereço do responsável; k) local da execução do objeto; l) metodologia; m) indicadores; n) formas de monitoramento; o) meta e etapa; p) vigência; q) bens físico e material; r) O plano de aplicação, o cronograma, o objeto e o dirigente devem ser importados ou vinculado da proposta de parceria, impedindo que o usuário digite os valores destas duas tabelas de forma repetitiva; s) Demonstrar em pdf o plano de trabalho elaborado na forma 	obrigatório

	deste módulo.	
5	Demonstrar que o sistema deve exigir o cadastro de fornecedores de pessoa jurídica por busca exata ao CNPJ nas bases da Receita Federal, direta ou indiretamente pela oferta deste serviço por terceiros.	obrigatório
6	Demonstrar, para evitar manipulação do usuário, mediante escolha da despesa e do registro do extrato bancário/valor na base do sistema, que o software possui ambiente que importe o arquivo OFX internet banking da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, e realiza a conciliação bancária eletrônica da prestação de contas de forma automática, sem que o usuário escolha qual registro baixado do OFX ele quer selecionar para comparar e vincular com a despesa. Precisa haver opção de bloqueio e fechamento do OFX pela equipe gestora, impedindo sua exclusão pelo usuário da OSC.	obrigatório
6.1	O módulo conciliação bancária deve permitir visualizar, simultaneamente, na vertical ou horizontal, os dados do upload do OFX do banco, e os dados das despesas e receitas registradas na prestação de contas, sendo que as despesas, se tratando do mesmo OFX gere seu lote/dia/OFX com totalizador, e se este lote não convergir com o OFX do banco, que aponte a divergência de valor. Os dados apresentados, tanto do banco como das movimentações registradas no sistema deve apresentar todas as entradas e saídas, conciliadas e não conciliadas do período. Pelo menos algumas despesas e receitas de ambos os lados devem aparecer conciliadas e não conciliadas, de forma que seja possível notar a diferença dos dois status.	obrigatório
7	Demonstrar que o sistema tem meios de prover comunicação por ocorrências direto na plataforma, com opção para respostas.	obrigatório
8	Demonstrar que o sistema tem lista dos acessos de usuários instantaneamente, com IP, dia e hora, usuário e CPF.	obrigatório
9	Demonstrar que o sistema tem auditoria para, se preciso, localizar as despesas duplicadas entre uma ou mais secretarias.	até 30 dias
10	Demonstrar que o sistema tem opção de publicar os dados dos contratos, extrato da parceria, repasses e prestações de contas automaticamente, logo que registrado na plataforma pela entidade em tempo real.	obrigatório
11	Demonstrar que o sistema deve dar transparência isolada e em destaque da Covid 19.	obrigatório
12	Demonstrar de forma eletrônica e padronizada, pelo menos 3 (três) RPs (termo de ciência, anexo 14 e anexo 10) exigidos e no padrão do TCE-SP, para a entrega dos dados da prestação de contas. E também, se a parceria contemple mais de uma verba a licitante classificada deve demonstrar o demonstrativo anexo RP do TCE por verba e consolidado (demonstrar dois períodos, comprovando, neste demonstrativo, a exatidão de saldo anterior e saldo inicial entre dois períodos.	obrigatório
13	Demonstrar que o sistema tem módulo para o preenchimento, em formulário, do relatório de atividades dos serviços realizados pela entidade, execução do objeto, com sequencia anual de número/ano, que demonstre indicadores de cada	obrigatório

	relatório de execução física e:	
13.1	Vinculação com a Secretaria ou diretoria, a entidade, o dirigente, o técnico responsável, a vigência com dd/mm/aaaa, inicial e final, público alvo;	obrigatório
13.2	Permitir adicionar quantos eixos necessários, título, local onde realiza o objeto, permitindo incluir novos locais do objeto no mesmo relatório de atividades, e vigência com dd/mm/aaaa, inicial e final em cada eixo, sendo que a vigência dos eixos não pode ter menor início de vigência, nem maior término de vigência que a vigência da execução física;	obrigatório
13.3	Permitir pesquisar relatórios de atividades dos eixos por vigência, por eixo, por título e por local do objeto;	obrigatório
13.4	Este módulo precisa contemplar três fases: a primeira fase permite técnicos das OSCs preencher e editar formulários, na segunda fase os técnicos das OSCs não podem ter atributos de edição (é preciso comprovar por login), na segunda fase apenas técnicos do poder públicos podem atuar aprovando os dados preenchidos, e na terceira fase encerra-se o eixo, com seu título e local de objeto;	obrigatório
13.5	Haver ferramenta de interação entre os usuários, tramitando os eixos com campo para a manifestação. Os registros das manifestações devem ficar ordenados indicando nome, cpf dia e hora e a mensagem do remetente, e a indicação do destinatário, e somente o destinatário pode manifestar a partir do momento da criação da interação. Quem deve criar essa interação será sempre o login do poder público.	obrigatório
13.6	Deve conter cadastro de ações, e dentro das ações os indicadores, indicando por mês a meta e o executado, em números. Em cada mês de indicadores deve haver a opção de conferência, exclusiva pela equipe gestora, permitindo que confira isoladamente cada mês, e optando por ainda não conferir outros meses. Essa conferência deve permitir escolha alternada do mês para conferir. Após a conferência do mês técnicos das OSCs não podem mais ter acesso para edição da meta e executado/mês conferido, independente da fase que o eixo estiver, mas pode visualizar. E o eixo ainda deve ter campo para informar a forma de medida, meios de verificação e parâmetros.	obrigatório
13.7	O Relatório de atividades deve conter, para cada título, eixo e local do objeto;	obrigatório
- 13.8	Haver campo para descrever métodos de Abordagem com, Público Alvo, Tipo de Serviço, Objetivos Específicos, Demanda, Intervenção, Natureza da Interface e Resolutividade;	obrigatório
13.9	Haver campo para descrever atividades de grupos e oficinas: Atividades, Metodologia, Resultados e Métodos de verificação;	obrigatório
13.10	Deve ter opção para inserir os atendidos pela entidade, com nome, CPF (se for o caso), NIS, endereço, contato, nome do pai e da mãe ou responsável, CPF do responsável. E ainda, o sistema deve contemplar, junto ao cadastro de cada OSC, opção de exportar um grupo de atendidos por formato CSV, sem a necessidade de digitação individualizada.	obrigatório

14	Demonstrar que o sistema tem módulo de elaboração de: relatório de fiscalização, relatório de monitoramento, parecer técnico do gestor e parecer conclusivo do TCE-SP. Estes documentos deverão ficar gravados na base do sistema, permitindo alterar/sobrepor, e com opção para disponibilizá-los na transparência.	obrigatório
15	Transparência obrigatória: O portal disponibilizado deve prover meios para em tempo real, para:	obrigatório
15.1	Demonstra a publicidade do edital de chamamento e seus demais atos, previstos no art. 26 da lei 13.019/2014.	obrigatório
15.2	Demonstrar na web, os dados das parcerias, em formulários de dados e com opção de visualização em PDF, previstos no parágrafo único do art. 11 da lei 13.019/2014, contendo no mínimo: razão social e CNPJ da OSC, número e ano do ajuste e da proposta, vigência e valor;	obrigatório
15.3	Demonstrar na web, os dados das parcerias, em formulários de dados e com opção de visualização em PDF, previstos no art. 50 da lei 13.019/2014, e em atendimento ao comunicado 16/2018 TCE-SP, contendo no mínimo: razão social e CNPJ da OSC, número e ano do ajuste e da proposta, data do repasse, valor repassado e conta bancária do repasse, com opção de extração pdf e csv.	obrigatório
15.4	Demonstrar na web, os dados das parcerias, em formulários de dados e com opção de visualização em PDF, previstos no art. 65 da lei 13.019/2014, e em atendimento ao comunicado 16/2018 TCE-SP, contendo no mínimo: razão social e CNPJ da OSC, número e ano do ajuste e da proposta, conta bancária, tipo de verba, documento fiscal, fornecedor ou prestador, gênero da despesa, data de emissão e data de pagamento, valor principal, juros e multas, descontos e retenções, valor líquido e situação: conferida ou aguardando conferir, com opção de extração pdf e csv	obrigatório
15.5	Demonstrar na web, que os dados das parcerias, previstos no art. 87 da lei 13.019/2014 são retirados da internet, em atendimento a requerimento de medida protetiva.	obrigatório
15.6	Demonstrar na web, de forma isolada, os dados das parcerias, lei 13.979/2020 – Covid 19, com as mesmas informações do item 15.4.	obrigatório
15.7	Demonstrar na web, gráficos de transparência de dados: repasses, gastos/despesas.	obrigatório
16	Audesp V	
16.1	O sistema deve criar lotes mensais dos gêneros das despesas, segregando o montante anual em 12 ou menos parcelas, criando um arquivo CSV para migração direta ao Audesp V piloto, sendo que para este item a comissão julgadora, se julgar necessário, poderá acessar o Audesp V, e requerer que a licitante faça upload do lote para teste de exatidão.	obrigatório
16.2	O sistema deve contemplar em seus módulos cadastrais, campos de cadastro digitáveis, principalmente os que exigem CNPJs, CPFs, nomes, dirigentes, conselhos, gestores, comissões, datas de nascimento, datas de fundação e alteração de estatutos.	obrigatório
16.3	O sistema deve criar lotes mensais dos cronogramas de	obrigatório

	desembolso mensais, criando um arquivo CSV padrão Audesp V, para migração direta ao Audesp V piloto, sendo que para este item a comissão julgadora, se julgar necessário, poderá acessar o Audesp V, e requerer que a licitante faça upload do lote para teste de exatidão.	
16.4	O sistema deve contemplar a estrutura dos gêneros das despesas do Audesp V para a geração do arquivo CSV do plano de aplicação para a migração, podendo vincular (releitura) estas despesas a estrutura das despesas do seu próprio sistema de terceiro setor.	obrigatório
17	O sistema deve contemplar a estrutura Audesp V na forma descrita no item 37.1 do Termo de referência. Na ocasião da demonstração a licitante deve gerar (visual) relatório em PDF, partindo dos dados de uma prestação de contas de parceria celebrada. Deve ser esclarecido à Comissão de Avaliação como os dados são coletados e tratados pelo usuário, sem que haja repetição de cadastros e edições, aproveitando os dados que já existem no sistema.	obrigatório